



## **Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão**

### **Ficha de inscrição**

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: **José Rubens Plates**

Cargo: **Procurador da República**

Órgão: Procuradoria da República (MPF)

Cidade/UF: Jales/SP

Síntese da prática

Título: **CONTROLE DE LEGALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JALES**

Categoria: **Boas práticas para a eficiência da Justiça Federal**

Descrição até 4.000 caracteres:

Inquérito civil instaurado, que tramita desde 2014 até o presente momento, com a finalidade de apurar as irregularidades no Programa Bolsa Família, que culminou com a expedição de Recomendações aos municípios da região de Jales e à Secretaria Nacional de Renda e Cidadania a fim de prevenir novas fraudes na concessão dos benefícios. Com isso, **pretendeu-se mudar o foco de atuação, de repressiva (persecução criminal), para agir preventivamente (suspensão/bloqueio dos benefícios irregulares).**

A atuação ministerial além de possibilitar maior transparência e controle social sobre o Programa Bolsa Família na região de Jales acarretou o bloqueio e cancelamento de 1.289 (mil, duzentos e oitenta e nove) benefícios concedidos/mantidos irregularmente. Além disso, comparando-se os dados de 2014 e 2015, verificou-se uma redução/economia de R\$ 1.595.127,00 (um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e sete reais) em recursos públicos federais.



Quanto à contribuição para o aperfeiçoamento da Justiça, referido trabalho acarretou a redução de inúmeros inquéritos policiais e ações penais que eventualmente seriam instaurados para apurar e processar eventuais crimes de estelionato (art. 171, § 3º, do Código Penal).

Antes de sua execução, havia inúmeros inquéritos policiais acerca de irregularidades e fraudes na concessão dos benefícios do PBF, bem como diversas denúncias e processos criminais a respeito dos benefícios percebidos indevidamente nestes Municípios. Somente em 2013, **houve a instauração de 26 (vinte e seis) inquéritos policiais perante a Polícia Federal de Jales para apurar crimes de estelionato em prejuízo do PBF.**

Desse modo, a atuação estatal que vinha sendo eminentemente repressiva, com foco na persecução criminal dos delitos desvendados, passou-se a ser preventiva, diminuindo-se, por conseguinte, os casos a serem levados ao Poder Judiciário.

Por fim, cabe ressaltar que referido trabalho foi selecionado como um dos finalistas do Prêmio República, da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), cujos vencedores serão divulgados no dia 10 de maio de 2016, conforme notícia descrita no seguinte link: <http://anpr.org.br/evento/30>

*A síntese deverá conter as especificações abaixo:*

- 1. período de atividade da prática e os principais objetivos;*
- 2. principal inovação da prática;*
- 3. recursos e instrumentos utilizados;*
- 4. houve parceria com alguma instituição ou entidade;*
- 5. valores gastos para a implantação da prática;*
- 6. houve propagação da prática para outra unidade ou setor do judiciário;*



7. *a prática contribuiu para o aperfeiçoamento da justiça;*
8. *anexar fotos e link de vídeo relacionados a prática (facultativo).*